

## **A GESTÃO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC) ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO (SI)**

**GABRIELA CORDEIRO DE OLIVEIRA SQUARIZ**

Universidade Federal de Santa Catarina

[gabriela.squariz@ufsc.br](mailto:gabriela.squariz@ufsc.br)

**ALEXANDRE MORAES RAMOS**

Universidade Federal de Santa Catarina

[amrrms@gmail.com](mailto:amrrms@gmail.com)

**MARCIA LUCIANE GINDRI REGHELIN**

Universidade Federal de Santa Catarina

[m.reghelein@ufsc.br](mailto:m.reghelein@ufsc.br)

**MARIANA NEIS MACHADO SALVADOR**

Universidade Federal de Santa Catarina

[mariana.machado@ufsc.br](mailto:mariana.machado@ufsc.br)

### **RESUMO**

O presente trabalho objetiva analisar a gestão dos projetos de extensão da UFSC através de um Sistema de Informação denominado SIGPEX, buscando mostrar os benefícios ocasionados com a sua implantação. Quanto à metodologia, a pesquisa realizada foi classificada como aplicada, de abordagem qualitativa através do método dedutivo de investigação. O delineamento do estudo foi categorizado como descritivo, bibliográfico, documental e do tipo estudo de caso. Os dados referentes à extensão, coletados por meio de relatórios do sistema, foram analisados pelo modo interpretativo tomando como base o atual contexto da extensão na UFSC. A análise realizada demonstrou que com a implantação do sistema, houve um relevante aumento de ações de extensão institucionalizadas. Dessa maneira, o estudo permitiu concluir que a extensão na UFSC, tem se fortalecido nos últimos anos através de diversas ações de fomento e apoio que vêm sendo promovidas pela instituição, porém a utilização de um sistema de informação é um processo que requer constante aperfeiçoamento.

**Palavras chave:** Ações de Extensão. Fortalecimento da Extensão Universitária. Sistema de Informação. SIGPEX.

## 1. INTRODUÇÃO

A universidade é uma instituição social e como tal exprime, de maneira determinada, a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo (Chaui, 2003).

Heidemann (2014) complementa que o desenvolvimento de uma sociedade é resultado de decisões elaboradas e implementadas por governos de estados, juntamente com as demais forças da sociedade e do mercado.

Ramos et al. (2012) menciona que no decorrer da história, é possível notar a influência do Estado sob a Universidade através de interferências diretas e indiretas oriundas de diversas políticas públicas.

Por desempenhar um papel fundamental na relação Universidade e Sociedade, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm passado por inúmeras mudanças nos últimos tempos. Chaui (2003) relata que devido a reformas governamentais que alocaram a educação em um setor de serviços não exclusivos do Estado, a Universidade passou de Instituição Social para Organização Social prestadora de serviços.

Segundo Freitag apud Chaui (2003) essa nova visão de universidade pode ser intitulada como universidade operacional que é controlada por contratos de gestão, mensurada por seus índices de produtividade, prevista para possuir flexibilidade e constituída por métodos e programas de eficácia organizacional.

Nesse contexto de transformações, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior (FORPROEX), através da Política Nacional de Extensão Universitária, relatou que foi preciso pensar em objetivos alinhados aos novos desafios e oportunidades para a Extensão Universitária. Dentre eles:

(...)

Conquistar o reconhecimento, por parte do Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação universitária, integrada a uma nova concepção de Universidade Pública e de seu projeto político-institucional (FORPROEX, 2012 p. 9).

Diante do atual cenário da Educação Superior Brasileira, mais especificamente, nesse contexto de evolução histórica do papel da Universidade Pública, faz-se necessário a adaptação às mudanças que vêm ocorrendo.

A adoção de um Sistema de Informação (SI) possibilita uma gestão mais eficiente e transparente das ações de extensão da UFSC, além de melhorar o processo produtivo, o fluxo de informação e auxiliar na tomada de decisão (OLIVEIRA, 2002).

O presente trabalho objetiva analisar os dados referentes à Extensão Universitária na UFSC após a implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e Extensão (SIGPEX).

Na sequência, será apresentada a fundamentação teórica com bibliografias complementares acerca dos temas de extensão e SI. Secundário a isso, trabalha-se em um levantamento e análise de dados referentes à extensão na UFSC e finalmente, as considerações finais apresentando contribuições e sugestões visando o contínuo fortalecimento da Extensão Universitária.

## 2. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Extensão Universitária Brasileira objetiva gerar o conhecimento através da prática acadêmica, em uma relação de troca de saberes entre a Universidade e a Sociedade caracterizando-se como um processo educativo estruturado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa (FORPROEX, 2012).

Sem esse diálogo com a sociedade, obtido por meio das atividades extensionistas, a Universidade corre o risco de ficar isolada, sem conhecimento dos problemas sociais mais urgentes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos, o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento necessita (FORPROEX, 2012).

O Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012) conceituou a Extensão Universitária como:

O processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *praxis* de um conhecimento acadêmico (FORPROEX, 2012, p. 8).

Tal atividade é referenciada pela Constituição Federal do Brasil no artigo 207, cujo texto menciona: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), vai além e, no artigo 43, inciso VII, estabelece que uma das finalidades da Educação Superior é: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

Avançando na mesma direção, a Meta 12.7 do novo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2011) prevê a implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no decênio 2011-2020 e assegura que, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares, exigidos para a graduação, sejam realizados em programas e projetos de extensão universitária.

Diante dos estudos realizados, percebe-se o quanto as Políticas Públicas acerca da Educação Superior no Brasil têm interferido no funcionamento das Universidades levando estas a buscarem por maneiras de se adaptarem a essas transformações e uma delas, seria a adoção de ferramentas que possam auxiliar na mudança e aprimoramento de processos e na tomada de decisões.

## 2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Sistema de Informação (SI) é uma ferramenta organizacional e administrativa, baseada na tecnologia de informação, para um desafio imposto pelo ambiente (LAUDON e LAUDON, 2010) e pode ser definido como:

qualquer combinação organizada de pessoas, hardware, software, redes de comunicação, recursos de dados e políticas e procedimentos que armazenam, restauram, transformam e disseminam informações em uma organização (O'BRIEN; MARAKAS, 2013, p. 37).

Laudon e Laudon (2010) acrescentam que o SI oferece suporte aos gestores na tomada de decisão, pois caracteriza-se como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam, processam, armazenam e distribuem informações destinadas a apoiar a gestão, coordenação e o controle de uma organização.

Por sua vez, o Sistema de Informação Gerencial (SIG) é o processo de transformação de dados em informações, que serão a base na estrutura decisória da empresa, contribuindo para a sustentação administrativa e otimização dos resultados esperados (OLIVEIRA, 2002).

O SIG possui grande importância nas organizações, pois auxilia no alcance de suas metas, fornecendo aos gerentes detalhes sobre as operações regulares da organização, para organizar e planejar com mais efetividade e com maior eficiência (STAIR, 1998).

Nas instituições públicas, essa ferramenta está cada vez mais presente e resulta da busca pela sociedade de um serviço público de qualidade com transparência nas informações.

De acordo com Ribeiro e Rodrigues (2004, p. 26):

Com a evolução das tecnologias de informação, e em especial com o aprimoramento dos sistemas de informação, o acesso ao conhecimento está se tornando um requisito para o exercício pleno da administração pública em todas as esferas governamentais. Passamos a ver a disseminação irreversível e progressiva da utilização da tecnologia da informação em todos os níveis da administração pública direta e indireta, tanto federal quanto estadual e, especialmente municipal, em todos os escalões e níveis da estrutura organizacional das entidades públicas.

E na conjuntura atual da Extensão Universitária, um melhor gerenciamento das ações extensionistas pode levar a uma maior produção do conhecimento e interação social, o que é fundamental para a consolidação da Extensão.

Nesse contexto, o FORPROEX, através da Política Nacional de Extensão Universitária, orientou atualizar os sistemas de informação e de avaliação da Extensão Universitária vigentes, superando a prática de registro de dados isolados e construindo indicadores que incorporem as dimensões Política de Gestão, Infraestrutura, Relação Universidade-Setores Sociais, Plano Acadêmico e Produção Acadêmica (FORPROEX, 2012).

A implantação de um sistema de informação para a Extensão nas instituições de ensino superior permite visualizar o cenário das ações extensionistas, trabalhar com indicadores e relatórios, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos projetos.

### **3. METODOLOGIA**

A natureza da pesquisa realizada foi caracterizada como aplicada, de abordagem qualitativa através do método dedutivo de investigação.

A pesquisa aplicada pode ser entendida como aquela destinada a resolver problemas concretos, de solução imediata ou não (Vergara, 2000).

O presente trabalho tratou de um estudo sobre o desenvolvimento do processo de implantação do sistema SIGPEX da UFSC, buscando compreender os impactos que este ocasionou à extensão, tendo em vista a relevância que esta representa na relação Universidade e Sociedade.

Quanto ao delineamento, este foi categorizado como descritivo, bibliográfico e documental na modalidade de estudo de caso. A pesquisa descritiva objetiva descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade ou população, estabelecendo correlações entre as variáveis (TRIVIÑOS, 1987) e o estudo de caso requer um estudo aprofundado e minucioso de um ou poucos objetos, levando ao seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2002).

A abordagem escolhida foi a qualitativa que considera o contato direto e duradouro

que o pesquisador tem com o ambiente e o contexto que está sendo investigado (BODGAN E BIKLEN, 1982).

Os dados referentes às ações de extensão foram coletados por meio de relatórios emitidos pelo SIGPEX e a análise destes ocorreu de forma interpretativa que conforme Triviños (2010) é quando leva-se em consideração a experiência do pesquisador, a teoria sobre o tema e a realidade do campo de pesquisa.

#### **4. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSC**

A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC foi criada em 1962 e a partir de então vem mantendo-se como uma das universidades mais bem conceituadas do Brasil e isso deve-se à qualidade das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão realizadas em seus, hoje, cinco campi (FORPROEX, 2012).

Segundo a página institucional da UFSC, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) foi criada em 2012, por desdobramento da antiga Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE) e tem por finalidade articular e apoiar a execução da política de extensão da UFSC, seja através de ações específicas dos departamentos de ensino, seja através de ações institucionais, buscando uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na universidade.

A PROEX tem como missão contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da UFSC através de ações de extensão, em conformidade com a Política Nacional de Extensão Universitária e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras e como visão, promover a interação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.

Em 2016, foi publicada a Resolução nº 88/2016/CUn que estabeleceu sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina.

A referida normativa passou a prever o recolhimento de ressarcimento institucional pelo uso do capital intelectual, do nome e da imagem da instituição, bem como dos serviços e das instalações nos casos de convênios, contratos e instrumentos correlatos celebrados com entidades públicas ou privadas, assim como nos projetos financiados na forma de descentralização de recursos por entes governamentais para financiamento de ações de extensão (UFSC, 2016).

A partir de então, verificou-se a necessidade de pensar em um SI que atendesse a todos os aspectos estabelecidos na resolução visando o crescimento e fortalecimento da Extensão Universitária.

O SIGPEX foi implantado no mês de outubro de 2016 para o registro das ações de extensão da UFSC de uma forma mais eficiente e dinâmica aos extensionistas, e transparente à sociedade.

A Resolução de Extensão nº 88/2016/CUn evidencia no Art. 8º que todas as ações de extensão devem ser registradas pelo coordenador proponente no sistema de gerenciamento de projetos de extensão (UFSC, 2016).

Desde a sua implantação, o sistema obteve 5483 registros relacionados à extensão, distribuídos entre Programas, Projetos e Eventos, o que representa um aumento significativo se comparado ao sistema anterior.

O SIGPEX possibilitou uma maior visibilidade à sociedade, da Extensão que vem sendo realizada na UFSC, além de fornecer dados que são transformados em informações úteis aos gestores na tomada de decisões e para relatórios de gestão como Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

#### 4.1 OS INDICADORES DA EXTENSÃO NA UFSC

Os dados, apresentados a seguir, são oriundos do SIGPEX e do antigo sistema Notes, pois ressalta-se que o SIGPEX passou a ser utilizado somente no mês de outubro de 2016, o que totalizou em um número muito pequeno de ações de extensão registradas, além de que a comunidade acadêmica ainda não estava habituada ao novo sistema e utilizava o antigo até o final do ano.

**Figura 1 - Ações de Extensão da UFSC**



Fonte: elaborado pelo autor (2018)

A Figura 1 evidencia um grande crescimento de ações registradas já em 2017. Em 2018, o número de projetos, em apenas seis meses, já ultrapassou o referente ao ano inteiro de 2017.

A Resolução 88/2016/CUn apresenta as seguintes definições para esses tipos de ações:

I – programa de extensão, que constitui um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, tais como cursos, eventos, prestação de serviços e publicações, preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino, tendo caráter orgânico institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, e sendo executado a médio e longo prazo;

II – projeto de extensão, que constitui um conjunto de ações de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser isolado ou vinculado a um programa;

(...)

IV – evento de extensão, que consiste em ação que implica na apresentação, disseminação e/ou exibição pública, livre ou com público específico do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico ou tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade (UFSC, 2016, p. 2).

O motivo desse crescimento deve-se ao fato de que desde a aprovação da Resolução 88/2016/CUn e a implantação do SIGPEX, foram realizadas diversas ações visando a conscientização da importância do registro das atividades extensionistas no sistema como reuniões, eventos, além de cursos ministrados à comunidade acadêmica devido à importância que esses dados representam à Universidade e aos diversos órgãos governamentais.

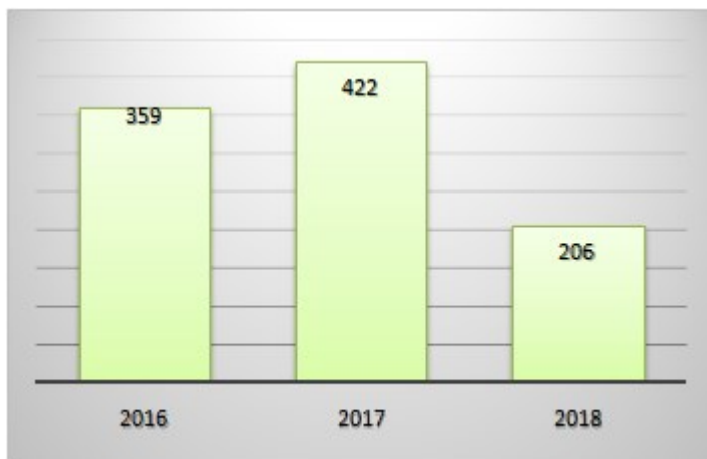
Portanto, a Pró-Reitoria de Extensão tem promovido ações contínuas no sentido de fortalecer essa relação Universidade e Sociedade, através de apoio aos projetos de extensão e publicização à comunidade.

Conforme apontam os registros do SIGPEX, em 2018, já foram atingidas, aproximadamente, 500 mil pessoas por meio dos programas, projetos e eventos de extensão da UFSC.



A obtenção desses dados é possível devido a um campo existente no sistema em que os extensionistas preenchem uma estimativa de pessoas que serão afetadas por determinada ação, porém a maneira como esse dado é coletado não possibilita uma análise fidedigna do impacto social que as ações de extensão da UFSC representam à sociedade, portanto deve ser repensada a possibilidade dessa informação ser obtida com mais precisão e confiabilidade.

**Figura 2 - Cursos de Extensão**



Fonte: elaborado pelo autor (2018)

A Figura 2 exibe o número de cursos que estão inseridos em projetos de extensão e que são abertos à comunidade, evidenciando que a política de extensão da UFSC prioriza e valoriza a interação da Universidade com a Sociedade.

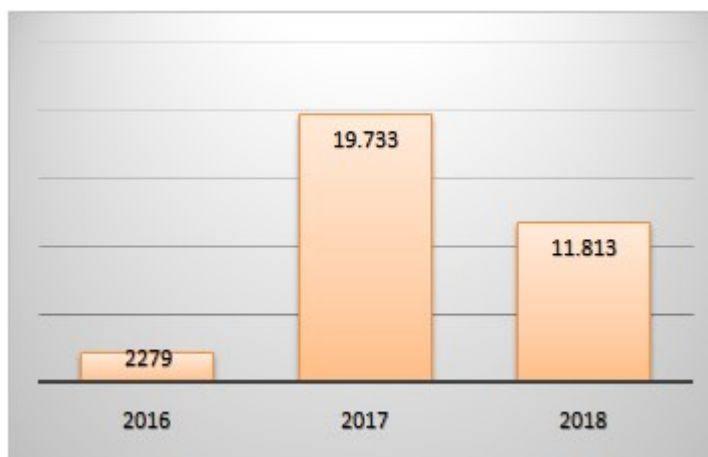
A Resolução Normativa nº 88/2016/CUn menciona em seu Art. 3º que a Extensão Universitária é realizada através de ações como:

(...)

III – curso de extensão, que constitui uma ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, com participação de forma presencial, semipresencial ou a distância, com planejamento, organização e critérios de avaliação definidos (UFSC, 2016).

O gráfico aponta para o aumento do número de cursos de 2016 para 2017 e em 2018, segue na mesma proporção. Já o número de vagas ofertadas nesses cursos aumentaram significativamente, conforme consta na Figura 3.

**Figura 3 - Vagas disponibilizadas em Cursos de Extensão**



Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Outro ponto relevante do SIGPEX, é a integração que esse sistema possui com demais sistemas. Dentre eles, pode-se destacar o de certificados que é o responsável por todas as certificações de ações de extensão da UFSC e portanto, é possível verificar o quantitativo de vagas que foram disponibilizadas em cursos. Em 2018, os cursos ofertados até o momento, já disponibilizaram 11.813 vagas à comunidade.

## 5. CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou dados referentes à Extensão na UFSC, buscando mostrar os impactos causados após a implantação do SIGPEX, destinado ao gerenciamento de projetos de pesquisa e extensão.

As informações geradas com base nos relatórios do sistema foram mostradas por intermédio de gráficos que apontou para um crescente número de ações de extensão registradas, portanto, institucionalizadas, trazendo como benefícios para a IES a possibilidade da obtenção de maiores recursos para fomentar a Extensão na UFSC provenientes do governo federal e através dos ressarcimentos institucionais recolhidos nas ações de extensão que possuem financiamento.

Tendo em vista o cenário apresentado acima, a Universidade passa a ter melhores condições de pensar em novos projetos voltados, cada vez mais, ao fortalecimento da Extensão na IES.

Para pesquisas futuras, propõe-se o estudo de um modelo para avaliar o grau de maturidade do gerenciamento dos projetos de extensão da UFSC visando mensurar o impacto que estes causam à sociedade.

A implantação de um SI, com acesso livre da comunidade, possibilitou o compartilhamento à sociedade, dos projetos de extensão e serviços oferecidos pela universidade, assim como, a divulgação aos alunos de oportunidades de atividades extensionistas ligadas aos seus cursos.

Por fim, a presente pesquisa levou uma maior publicidade das práticas que vêm sendo adotadas em relação à Extensão Universitária na UFSC, reafirmando que a Universidade, mais especificamente, a Extensão Universitária, desempenha um papel importantíssimo na sociedade e deve obter o reconhecimento devido.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S.K. **Qualitative Research for Education**. Boston: Allyn and Bacon, 1982.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp#/con1988/CON1988\\_29.03.2012/CON1988.pdf](http://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp#/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf)> Acesso em: 15 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 8.035. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Projetos de Leis e Outras Proposições. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/PNE\\_projeto\\_lei1.pdf](http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/PNE_projeto_lei1.pdf)> Acesso em: 3 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996, p. 27.833. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: 27 mai. 2018.

CHAUI, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, Dec. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Florianópolis : UFSC, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEIDEMANN F. G.; SALM J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

LAUDON, K.; LAUDON, J. **Sistemas de informações gerenciais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

O'BRIEN, J. A.; MARAKAS, G. M. **Administração de sistemas de informação**. Porto Alegre: AMGH, 2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informação gerenciais: estratégias, táticas, operacionais**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RAMOS A. M. R. et al. **As políticas públicas e as novas dimensões da universidade**. XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas, p. 1–11, 2012.

RIBEIRO, A.; RODRIGUES, L. **Sistemas de informação na administração pública**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

STAIR, Ralph M. **Princípios de sistemas de informação**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

\_\_\_\_\_. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina**. Resolução n. 88, de 25 de outubro de 2016. Disponível em: <[http://proex.ufsc.br/files/2016/11/Resolu%C3%A7%C3%A3oNormativa\\_88\\_Extens%C3%A3o.pdf](http://proex.ufsc.br/files/2016/11/Resolu%C3%A7%C3%A3oNormativa_88_Extens%C3%A3o.pdf)> Acesso em: 15 mai. 2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.